



Ata da 15^a Reunião Ordinária do Conselho Superior Previdenciário do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às quinze horas, na sala de reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON, situado na Avenida Sete de Setembro, número dois mil quinhentos e cinquenta e sete, bairro Nossa Senhora das Graças, em Porto Velho-RO, realizou-se a **15^a reunião ordinária** do Conselho Superior Previdenciário com a presença dos seguintes membros: Governador do Estado de Rondônia, **Daniel Pereira**; Presidente do Tribunal de Justiça, **Des. Walter Waltenberg Silva Junior**; Representante do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, **Cons. Subst. Francisco Jr. Ferreira da Silva**, acompanhado do Auditor de Controle Externo **Adriel Pedroso dos Reis**; Suplente e Subprocurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado, **Dr. Osvaldo Luiz de Araújo**; Representante da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, Sub-Defensor Público Geral **Hans Lucas Immich**; Representante da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, Advogado-Geral Adjunto **Dr. Whanderley da Silva Costa**; Representante dos Servidores, **Raiclin Lima da Silva**; e dos convidados: Secretário de Estado de Finanças – SEFIN, senhor **Franco Maegaki Ono** acompanhado do Secretário Adjunto **Marcelo Hagge Siqueira** e do técnico **Enéas Ferreira Lisboa**; Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, **Pedro Antonio A. Pimentel** acompanhado do técnico **Jorge Cesar Ugalde**; Superintendente Estadual de Gestão de Pessoas, **Luciano Alves de Souza Neto**, acompanhado do Procurador de Estado, **Thiago Denger Queiroz**; Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia e Presidente da Comissão Multidisciplinar constituída pela Portaria n. 02/2018/IPERON-CSP, **Maria Rejane S. dos Santos Vieira**; e os membros da Comissão: **Francisco Carlos Almeida Lemos**, **Jardel Mendes Barroso do Nascimento** e **Ivan Pimenta Albuquerque**. Registre-se que o representante da Assembleia Legislativa não apresentou documentação comprobatória de sua designação nos termos dos §§ 1º, 3º e 5º do art. 5º da Resolução n. 003/CSP/IPERON/2015 (Regimento Interno), motivo pelo qual eventual manifestação não pode ser contabilizada como voto. Havendo quórum, o **Governador** cumprimentou a todos os presentes e declarou aberta a reunião com a pauta do dia: **a) Leitura e assinatura da Ata da 14^a reunião ordinária de 30.05.2018;** **b) Sistema de Gestão Previdenciária e possível integração com o sistema Estado – Ofício n. 452/2018/GABPRES/TCERO;** **c) Processo SEI n. 0031.213695/2018-68 – Recuperação de créditos pelo Poder Executivo referente a pagamentos de salários maternidade, auxílio doença de servidores ativos e remuneração a servidores aposentados que permaneceram na folha de pagamento de ativos;** **d) Processo SEI n. 0016.261713/2018-14 - Manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos servidores do Estado de Rondônia;** **e) Processo SEI n. 0016.220151/2018-41 - Repasses para previdênciacomplementar a ser gerida pela Sp-Prevcom;** **f) Apresentação do relatório da Comissão Técnica Multidisciplinar constituída pela Portaria n. 001/CSP/IPERON, de 08 de janeiro de 2018;** **g) Processo SEI n. 0030.099623/2018-10 - Registro Contábil do Déficit Técnico Atuarial Ofício nº 2091/2018/SEFIN-SUPER de 05.04.2018.**



Com a palavra o Governador passou ao item: a) Leitura e assinatura da Ata da 14ª reunião ordinária de 30.05.2018, a qual foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. Seguindo apresentou como sugestão a proposta da Dra. Maria Rejane para iniciar a discussão dos demais assuntos pelo item "f" vez que o relatório da Comissão poderá ajudar nas decisões relacionadas aos outros assuntos. E passou a palavra a Dra. Maria Rejane que iniciou dizendo que na qualidade de Coordenadora da Comissão constituída por este Conselho Superior através da Portaria n. 002/2018, que elegeu alguns integrantes como representantes dos Poderes e Órgãos que fizeram estudos constantes no relatório, o qual foi repassado uma cópia para todos os membros do Conselho e por tal razão, para otimizar as discussões, apresentará as propostas através de slides e de forma objetiva. Continuando disse que o trabalho da Comissão tem sustentação no princípio do equilíbrio financeiro e atuarial e as discussões que foram levadas a efeito pela comissão tendem a refletir, estudar e trazer ao Conselho Superior, como representantes de todos os Poderes e Órgãos, algumas medidas que entenderam, com base em estudos atuariais, que são necessárias para que se possamos buscar o equilíbrio financeiro e atuarial que é previsto no caput do art. 40 da CF/88. Trouxeram dados do relatório atuarial que foi encaminhada cópia a todos além de dois expedientes sendo: Ofício n. 1.489/2018 e Ofício n. 1006/2018, que encaminhou a cópia da avaliação atuarial/2018 com várias ponderações acerca do déficit que se apresenta já para o ano de 2021. Em relação ao fundo financeiro, onde não haverá mais saldo financeiro para custeio das despesas de benefícios pagos pelo IPERON e que algumas informações que estão no relatório atuarial merecem atenção como a necessidade de depuração da base de dados que são encaminhados por todos os Órgãos e Poderes, além da necessidade de se trabalhar com mais afinco essa base de dados, e por conta disso realizar com mais regularidade as atualizações cadastrais. O IPERON começou a disponibilizar o sistema de gestão previdenciária para os Recursos Humanos, a exemplo do RH da SEGEP. É importante que essas informações começem a ser depuradas e lançadas para que se possa ter no sistema de gestão previdenciária informações mais consistentes. Os atuários mencionaram também que os resultados apresentados nos estudos foram afetados pela inexistência ou inconsistência de informações apresentadas nas bases de dados e que é preciso que essas inconsistências começem a ser revistas para que no próximo relatório atuarial o resultado possa ser adequado. Desse modo o aspecto considerado relevante é a necessidade de uma base cadastral e funcional mais sólida e consistente, em especial a do Executivo porque é onde se encontra o maior número de servidores e onde os atuários têm encontrado o maior número de inconsistências. A Comissão coloca para o Conselho como ponto, cautela e comprometimento para que na concessão de benefícios se tenha a cautela de saber efetivamente qual a fonte de custeio, bem como a análise sob a ótica previdenciária do impacto e como em especial o fundo financeiro irá reagir diante das concessões. Sobre esse tema na última reunião do CSP esse assunto foi tratado, inclusive foi conversado a respeito de algumas legislações que precisavam ser mais bem avaliadas, foi encaminhado expediente inclusive para o Procurador Geral do Estado para que ele no âmbito do Conselho Superior da Procuradoria pudesse avaliar e orientar o Governador a respeito da edição de um decreto referente a uma



determinada lei para que fossem sustados seus efeitos, bem como fosse realizado estudo sobre um eventual ajuizamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI a fim de evitar impacto sobre o RPPS. Essas preocupações se devem em razão por vezes se depararem com legislações em que há necessidade de estudar o impacto previdenciário delas, haja vista as despesas advindas dessas legislações serem custeadas por todos os servidores que compõem o fundo financeiro. Trazem também a lei 9717/1998 destaca que qualquer valor decorrente do desequilíbrio financeiro deverá ser suportado pelos Entes da Federação e no nosso caso se em 2021 ainda persistirem o que consta no relatório atuarial, o Estado de Rondônia terá que suportar a diferença de quase R\$ 400 milhões. A título de informação, disse que em 2017 foi feito algumas retiradas de valores que estavam aplicados no mercado financeiro, nos meses de julho a dezembro mais de R\$ 117 milhões, porque os valores arrecadados não foram suficientes para custear a folha de pagamento em virtude de inúmeras alterações legislativas. Em 2018 em três meses (junho, julho e agosto) foram retirado R\$ 68 milhões. No total geral de 2017 e 2018 foram retirados mais de R\$ 185 milhões. Para o mês de setembro/2018 foi feito uma previsão de retirada de mais R\$ 35 milhões e esse valor total irá para mais de R\$ 220 milhões. Diante de todas as questões colocadas, a Comissão chegou a algumas conclusões/sugestões para trazer ao Conselho com apresentação de cenários adicionais ao relatório atuarial encaminhado a todos anteriormente através de ofício. Diante dos cenários a Comissão optou em trazer os dados consolidados, porque se chegou à conclusão de que não adianta trazer uma ou duas sugestões, porque para que se possa ir trabalhando e minimizando esse impacto atuarial, inúmeras medidas são necessárias e por isso pediram que os atuários fizessem uma proposta consolidada das sugestões. Algumas questões que foram discutidas e que não é mais novidade para este Conselho como: a questão dos auxílios, deixando o IPERON apenas com o pagamento de aposentadorias e pensões, o aumento da destinação da alíquota de recursos hídricos para o RPPS, existe uma Resolução deste Conselho que limitou em dez por cento e a lei estabelece que é o Conselho Superior quem define esse percentual; aumento da alíquota patronal; alteração da data de corte da segregação de massa; e plano de aporte com recursos monetários e patrimoniais. Todos esses pontos foram abordados pelos atuários e elaborados alguns cenários, dos quais três foram encaminhados aos membros do Conselho. A Comissão colocou na linha de frente a questão da limitação de despesas do RPPS apenas com pagamento de aposentadoria e pensão, por entenderem que há amparo na Constituição Federal que não traz a questão dos auxílios. O equilíbrio financeiro e atuarial que é um princípio de ordem Constitucional que precisa ser preservado e é preciso buscar a concretude fática dele, como obrigação de todos em discutir o assunto e buscar soluções para que o Estado possa se manter equilibrado financeiramente, considerando as questões que já foram abordadas de que na ausência de valores monetários para custear folha de aposentados e pensionsitas, esses valores obrigatoriamente terão que ser arcados pelo tesouro. Atualmente, a estrutura legal coloca os auxílios como obrigação do RPPS, mas entendem que a natureza jurídica dessas verbas não são previdenciárias, existe uma natureza jurídica assistencialista e até administrativa e não previdenciária e por isso defendem



como carro chefe das propostas da Comissão a retirada desses auxílios. O art. 40 da CF/88 traz quais são as obrigações e não contempla para o RPPS os auxílios. O Estado de Rondônia diferentemente de outros Entes da Federação, inclui como despesa previdenciária esses auxílios porque no arcabouço legislativo assim consta. Mas estão aqui defendendo que este Conselho avalie a importância para o equilíbrio da retirada desses valores. Mencionou os Estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Tocantins, Paraná, Pernambuco, Ceará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Acre, município de Manaus que não arcam com valores de auxílios. Continuando apresentou os cenários propostos: **Cenário 1** - Aporte de percentual de recursos hídricos de 90% do total recebido pelo Estado; Transferência da responsabilidade do pagamento de auxílio doença para os Poderes e Órgãos. Nesse cenário existe um quadro IV.E na folha 11 os atuários aplicando o percentual de 90% dos recursos hídricos e excluindo o pagamento dos auxílios, estimaram que no ano de 2020 teriam um saldo de caixa de mais de R\$ 302 milhões e o déficit entre receita e despesa na ordem de mais de R\$ 456 milhões. Isso resultaria em uma insuficiência financeira de mais de R\$ 154 milhões no ano de 2020, isso aplicando esse primeiro cenário. **Cenário 2** – Aporte de percentual de recursos hídricos para o fundo financeiro no percentual de 90% do total recebido pelo Estado; Transferência da responsabilidade do pagamento de auxílio doença para o Executivo e Poderes; Aumento da alíquota patronal. A proposta do aumento da alíquota patronal seria no percentual de 1% ao ano sendo: 15,5% em 2019, 16,5% em 2020, 17,5% em 2021 e assim sucessivamente. Nesse cenário e pelo fluxo de caixa apresentado à fl. 22, estima-se um saldo de caixa no fundo financeiro de mais de R\$ 337 milhões no ano de 2020, com déficit entre receita e despesa na ordem de mais de R\$ 422 milhões em 2021, restando uma insuficiência financeira na ordem de mais de R\$ 84 milhões. Aplicando-se esse cenário 2, continuaríamos com resultado negativo mas bem menor que o apresentado no cenário 1 e da situação atual. **Cenário 3** - Aporte de percentual de recursos hídricos para o fundo financeiro no percentual de 90% do total recebido pelo Estado; Transferência da responsabilidade do pagamento de auxílio doença para o Executivo e Poderes; Aumento da alíquota patronal. A proposta do aumento da alíquota patronal seria no percentual de 1% ao ano sendo: 15,50% em 2019, 16,50% em 2020, 17,50% em 2021 e assim sucessivamente; Alteração na data que segregava as massas. O IPERON possui dois fundos que são: o financeiro que vai até dezembro/2009 e o capitalizado a partir de janeiro/2010. Por esse estudo, os atuários fizeram uma mudança na data de corte alterando-se para 31.12.2008. Quando foi feito essa análise percebeu-se que teriam em média 3.000 servidores do fundo financeiro sendo transferidos para o fundo capitalizado. Se analisarmos o quadro 27 que está na fl. 30, observa-se que foi estimado um saldo de caixa de mais de R\$ 257 milhões no ano de 2020, um déficit de receita e despesa de mais de R\$ 448 milhões, restando uma insuficiência financeira de mais de R\$ 191 milhões. Ou seja, o cenário 3 que tem mais alterações que o cenário 2, não é tão benéfico quanto o cenário 2 porque a insuficiência é muito maior, em razão da movimentação de cerca de 3.000 servidores do fundo financeiro para o capitalizado. O fundo capitalizado é um fundo superavitário que possui muitos recursos e se levar servidores do fundo financeiro para o fundo capitalizado fará com que o fundo financeiro tenha



menos recursos ainda advindos das contribuições. Prosseguindo disse que a maioria da Comissão optou por apresentar a este Conselho Superior a proposta do cenário 2, em virtude de apresentar um déficit menor entre receita e despesa e consequentemente menor insuficiência financeira a ser coberta pelo Ente, se comparado com os outros dois cenários que foram apresentados. A conclusão foi por maioria porque há um voto divergente na Comissão, do representante do Poder Executivo Dr. Franco Ono que se manifestou contrário e disse: *"Analizando os estudos realizados constata-se que as novas receitas propostas, sem sombra de dúvida poderiam melhorar a situação financeira do fundo previdenciário. Entretanto, conforme sustentado tecnicamente por este membro, representante do Poder Executivo, com supedâneo nos levantamentos realizados junto ao SIAFEM e a outros sistemas oficiais e apresentados junto a Comissão, a operacionalização das novas fontes de receita propostas, pelo menos para o Executivo se apresentam inviáveis, inclusive sob pena de prejudicar ações ordinárias nas áreas de saúde, segurança pública e política de pessoal-FOPAG"*. As considerações que o membro do Executivo aponta também respaldam as justificativas da maioria da Comissão, que também opinam para que sejam concretizados o cenário 2 a fim de evitar que no futuro próximo o Estado de Rondônia tenha prejuízo na execução de políticas públicas essenciais a exemplo da saúde, segurança pública e educação. Sabe-se que essas medidas não sanam em definitivo as previsões, especialmente por estar evidente que mesmo que se defina pela concretização do cenário 2, ainda assim haverá um déficit no ano de 2020, situação essa com valores a serem suportados pelo Estado de Rondônia. Sabe-se também que existem outras questões que estão sendo cuidadas pelo Poder Executivo que encaminhou à Assembleia Legislativa projeto para aprovação da doação de inúmeros imóveis ao IPERON, dos quais treze já estão com o decreto assinado e estão na Procuradoria Geral aguardando conclusão de todos os atos de cartório. O Dr. Wilson da SEPAT está acompanhando uma relação de imóveis em estudo que possam vir a compor o patrimônio do fundo financeiro para que pelo menos na contabilidade, embora não sejam valores financeiros e sim patrimoniais, se possa equilibrar contabilmente esse déficit. O CAD/IPERON também já decidiu que todos os imóveis precisam ser monetizados, e um desses imóveis já foi alienado havendo outros 09 na SUPEL para licitação/alienação, que não fazem parte dessa relação, mas são imóveis que já compunham o patrimônio do fundo financeiro. Concluindo disse que basicamente foram algumas considerações e passou a palavra aos membros da Comissão. Depois o Sr. Raiclin Lima da Silva falou sobre a possibilidade de tornar essa Comissão permanente a fim de que constantemente se faça estudos de novos aportes, porque mesmo que se aprove o cenário 2 não será possível sanar a questão de déficit para 2021. Depois o Sr. Ivan Pimenta Albuquerque disse que foi utilizado como referência o ano de 2021 por ser o primeiro ano em que haverá necessidade de se fazer aporte em razão do esgotamento dos recursos financeiros. A partir dai esses valores vão crescendo e dependendo do que for feito o crescimento é exponencial. Se não for feito algo substancial e diante de todas as dificuldades que se apresentam, se deixar para depois, poderá acontecer o que vem acontecendo em outros Estados, e essa é uma das grandes preocupações que a Comissão tentou colocar em seu relatório. Em seguida o Cel. Jardel Mendes B. Nascimento disse que ao final do relatório foi



apresentado uma proposta, mas que ainda carece de um estudo atuarial, apenas os três cenários apresentados é que tem o crivo atuarial. Entretanto, gostaria de falar sobre esta ultima proposta que transita praticamente pelo cenário 2 porém com outro foco. Na página 14 do relatório há um quadro de propostas que aponta alguns caminhos com a retirada dos auxílios que já faz parte dos cenários com uma economia em 2018/2019 de cerca de R\$ 44 milhões, o repasse de 25% do excesso de arrecadação em 2019, observando que os dados utilizados foram extraídos da apresentação das contas do Estado no site do Governo, de modo que 25% do excesso de arrecadação representam cerca de R\$ 15 milhões. O repasse de 50% da compensação dos recursos hídricos em 2019 em torno de R\$ 30 milhões e sugeriu um programa de incentivo a permanência com manutenção da contribuição patronal em 13,50%. O total dessas economias e repasses ficaria em torno de R\$ 321 milhões somente no ano de 2019. Se essas medidas fossem adotadas agora no ano de 2018, em 2019 se economizar e fazer os repasses dos recursos mencionados de cerca de R\$ 321 milhões, em 2019 os recursos de caixa próprio do IPERON será em torno de R\$ 384 milhões conforme consta na avaliação atuarial. Continuando, disse entender que essa proposta é viável, porém ainda carece de um cálculo atuarial, mas é uma alternativa aos outros três cenários apresentados e não havendo a possibilidade de apresentar uma avaliação atuarial, a comissão decidiu por dar o crivo ao cenário 2, mas faz a ressalva de que esta proposta é viável assim como também é viável o cenário 2. Na sequência o **Sr. Franco Maegaki Ono** disse que na verdade não houve superávit, já trouxe dados e documentos do SIAFEM e que o superávit aqui apontado se refere à suplementação decorrente de convênios e outras receitas vinculadas que não são receitas da fonte 100 e não se pode desviar a finalidade de aplicação desse tipo de recurso. Trouxe demonstrativos e dados técnicos que foram discutidos comprovando que os valores de superávit alegado na verdade decorrem dessas fontes de receita, de modo que não se pode contar com esse tipo de recurso porque vem para a área de saúde, segurança pública, sistema penitenciário, aplicação na área de agricultura e de outros setores de fomento, recursos esses indisponíveis no sentido de aportar para o Instituto de Previdência. Disse ainda que no exercício passado, embora o Estado tenha crescido 1,5 reais na receita apesar de toda a crise, ainda ficou um déficit por volta de 1,5 em relação ao orçado. Ato contínuo pontuou que há uma situação nova em razão da medida provisória que foi registrada pela União que trata da questão da transposição dos servidores, com a possibilidade de excluir esses servidores da massa do fundo financeiro. Depois o **Governador** disse que a apresentação não merece reparos, exceto essa nova situação trazida pelo Dr. Franco Ono que crê que seja um fato novo que provavelmente quando os técnicos se debruçaram sobre as informações, não tinham condições de trabalhar sobre elas até porque os dados consolidados de servidores, esses servidores ainda estarão lá porque efetivamente ainda não foram transpostos. A transformação da Medida Provisória 817/2018 em lei não só permitiu esclarecer a questão dos aposentados e pensionistas e a seu ver não só cria a possibilidade de pegar os servidores que estão na ativa com perspectiva de transpor como se pode trabalhar também com os servidores já aposentados e pensionistas. E mais, fazer um trabalho mais jurídico inclusive no próprio Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa,



Tribunal de Contas de forma que envolva os servidores mais antigos mostrando a eles as vantagens de serem transpostos. Sabe-se que o que está sendo feito aqui está correto, ou seja, discutir o assunto para evitar o que aconteceu com os Estados citados na apresentação da Comissão. Ato contínuo sugeriu que se faça uma leitura porque o Estado está fazendo isso da melhor forma possível e ir trabalhando a questão da transposição. Primeiro é preciso ver a possibilidade de em vez de aumentar os repasses, porque o Governo terá que tirar isso de algum lugar, tentar reduzir as despesas e segundo o levantamento que o Dr. Luciano fez em conjunto com a equipe técnica do Governo, são pelo menos 3.000 servidores além dos mais de 300 servidores que foram transpostos e como eram aposentados retornaram para a folha de pagamento do IPERON. Esses servidores que retornaram para o IPERON terão prioridade na recepção de seus processos. É preciso saber também se o cálculo atuarial levou em consideração a questão dos 706 Policiais Militares que foi determinado o retorno ao IPERON, mas que o Estado conseguiu manter esses policiais na União e é algo que precisa ser consolidado. Por outro lado, falando de uma receita nova, a questão da transposição aprovada desde 2009, a União está em mora com o Estado e vem procrastinando em resolver a situação desses servidores. Entretanto, o Estado entrará com uma ação judicial para que a União pague esses servidores desde a origem, de modo que se entende que o Estado teria um grande ativo em decorrência disso, podendo ser construído um cenário em que esse recurso resultado dessas ações judiciais, seja um recurso garantido para recompor as receitas do IPERON. Outra situação que precisa ser considerada é que estamos a 30 dias das eleições e o novo Governador precisa ter participação nessas decisões e gostaria de deixar essas ponderações aqui e gostaria de saber como ficaria um cenário com a exclusão desses 3.000 servidores que deverão ir para a transposição. Em seguida o **Sr. Raiclin Lima da Silva** disse que gostaria de registrar algumas situações que foram discutidas aqui referentes a alguns benefícios concedidos aos servidores que impactam no RPPS, inclusive se tem até uma proposta de estarem envolvendo os sindicatos para deliberarem sobre isso pra que possam atuar com mais responsabilidade no sentido de pedir os benefícios aos gestores. Segundo ponto diante de todas as ponderações colocadas, insiste em no cenário 2 principalmente em relação aos auxílios, porque em comparação com os aportes dos imóveis, é algo que só traz recursos humanos para se debruçar sobre isso, problemas de repasses e restituição de valores além de não ser uma atividade de RPPS, como já foi amplamente discutidos no âmbito dos Conselhos e Brasil afora. Se não forem iniciados estudos dentro do Governo com entendimento de que isso tem que sair de dentro do IPERON o quanto antes, a situação permanecerá indefinidamente. O exemplo disso, quando se começou a tratar de valores a respeito da exclusão dos auxílios, recebeu notícia no âmbito do Conselho de Administração de que o IPERON estava sendo cobrado para devolução de valores aos Poderes, na contramão de se aportar recurso para o RPPS. Acredita que o impacto no cálculo atuarial será extremamente positivo, porém não se têm esses dados. Ressaltou ainda a questão de tornar a Comissão permanente para esses estudos, e que foi deliberado sobre esse entendimento de exclusão dos auxílios. Se for acontecer esse ano, ano vindouro e com a participação do próximo governo, mas é algo que não se pode eximir



porque irá causar muitos recursos humanos e de valores para o IPERON. Se o Conselho deliberar pelo menos nesse quesito que foi trazido, o cenário 2, abrindo o horizonte de possíveis novas receitas, mas também é preciso ver a complexidade da política de convencimento dos servidores para passar para a União. Retomando o **Governador** disse que nos últimos anos o Executivo assumiu cem por cento do seu pessoal e o IPERON está trazendo o entendimento no sentido de evoluir para não ter que assumir essas rubricas. Porém, essas rubricas são rubricas públicas em qualquer local que for concedido o benefício. Hoje se esses auxílios forem um direito do servidor e uma obrigação de controle do IPERON, o Instituto será extremamente rigoroso no controle e não se sabe se ao diluir essas responsabilidades, se cada um terá o mesmo zelo para controlar. O próprio Executivo fez um estudo acerca disso, porque após estabelecimento de uma política mais rígida de controle e verificação o número de licenças reduziu. Ao final de tudo é custo público e se tivermos um local, em que isso possa ser mais bem gerido e acompanhado talvez por interesse público se ficasse no IPERON com bastante rigidez na verificação. Em que pese estar a cinco meses a frente do Governo, o Dr. Luciano da SEGEP junto com sua equipe, digitalizou em 60 dias metade das fichas financeiras dos servidores a custo zero, de modo que até final deste ano todos os documentos estarão digitalizados, facilitando e melhorando a questão da gestão. Na sequência o **Dr. Luciano Alves de Souza Neto** disse que ao assumir a SEGEP, o Governador lhe deu a missão de modernizar a SEGEP e que de 50 mil servidores tinham digitalizado apenas 20 mil e hoje já conseguiram digitalizar toda a vida funcional de todos os servidores através das fichas funcionais. Com essas digitalizações e as informações obtidas dia a dia no sistema, em dezembro não haverá mais inconsistências de dados e qualquer servidor poderá acessar, em data provável de 20 de novembro, toda sua vida funcional no sistema. Em relação à transposição o Estado conseguiu transpor uma legislação que permitirá a transposição imediata de cerca de 7.500 servidores, hoje temos 4.500 servidores transpostos e até final do ano devem ir mais 1.200 para a folha de pagamento da União, gerando uma economia mensal para o Executivo de cerca de R\$ 18 milhões até o final do ano. Há ainda a promessa de que até o final do ano todos os portariados até junho serão transpostos. Com a medida provisória que se tornou lei, se tem hoje 3.046 aposentados do Executivo que serão transpostos e a relação nominal será entregue à Presidente do IPERON. Outra situação é a dos outros Poderes que têm ações ganhas em primeira instância, de servidores com possibilidade de transpor e entre eles muitos aposentados e pensionistas. Há também uma decisão do Tribunal Regional Federal – TRF que fixou data para retroativos a 2009 e com isso o Estado entrará com uma ação para que a diferença de valores pagos retorne para o Estado com previsão de economia em torno de R\$ 10 milhões/mês. Em relação aos 349 servidores que foram transpostos e retornaram para a folha de pagamento do IPERON até final do ano os processos serão finalizados, além de outros 25 delegados que possuem os maiores salários do Estado e que também serão transpostos. Concluindo disse que essa nova lei trouxe a possibilidade de transpor além dos 7.500 servidores com processos já deferidos, outros 5.500 servidores a mais, sem esquecer que judicialmente os Poderes também têm servidores para transpor. Na sequência o **Cons. Francisco Junior F. da Silva** disse que em razão da divulgação da



pauta dessa reunião, oportunamente o Presidente do Tribunal de Contas, Cons. Edilson S. Silva, pediu que juntamente com o Sr. Adriel P. dos Reis fizessem análise das informações que o Tribunal vinha recebendo a respeito da questão previdenciária, atuarial e financeira do IPERON. Foi elaborado um pequeno relatório e disponibilizado semana passada para todos os membros deste Conselho, no qual constam superficialmente algumas preocupações. Mas o que chama atenção é inegável o avanço que os dois últimos Governadores proporcionaram ao IPERON, lembrando que por determinação do Governo foi montado uma comissão para trabalhar a questão da dívida previdenciária do IPERON com a participação da SEFIN, SEPOG e de todos os Poderes e a partir daí vem acompanhando a situação do IPERON. O levantamento atuarial de 2011 apontava que em 2017 o IPERON começaria a trabalhar no vermelho e como de fato já está trabalhando. Por conta de uma série de medidas que o Governo adotou foi possível retardar em dois anos. Mas, as previsões atuariais vêm acontecendo e gostaria de chamar atenção para o levantamento atuarial, porque independente do que acontecer, em 2021 o dinheiro acabará. Com essa situação nova referente à transposição trazida pelo Governador, espera-se que retarde a previsão do relatório atuarial em três ou quatro anos. Historicamente, são analisados cenários na avaliação atuarial com a transposição, mas de fato não é possível dimensionar quando de fato isso irá acontecer, quantos servidores serão atingidos e o impacto disso na avaliação atuarial. Se nada mudar no cenário atual, o Estado terá que bancar R\$ 422 milhões em 2021, sem pensar de onde virá o dinheiro porque é obrigação do Estado, de modo que é preciso se antecipar a esse cenário. É preciso colocar a equipe de Governo que está em contato com a transposição e tentar quantificar isso no relatório atuarial e começar a trabalhar medidas seguras. O Governador mencionou a questão dos auxílios e percebe que o IPERON pode até ter tecnicidade para avaliar isso, mas é muito pequeno e não possui pessoal nem acesso às informações que lhe permita a exercer esse controle, e acredita que os Poderes e Órgãos que precisam cuidar de seus servidores. A questão de passar todas as despesas que não possuem caráter previdenciário para os Entes Federativos faz parte da PEC de reforma da previdência, que está para ser aprovada e não houve questionamentos, ou seja, será aprovada. Talvez a proposição de reunir a Equipe que está trabalhando na transposição e tentar quantificar o impacto e trabalhar com cenários dentro do relatório atuarial e aliado a isso pensar numa forma de paulatinamente ir passando os auxílios para os Poderes e para o Ente Federativo aos poucos. Concluindo propôs que o Conselho delibere em fazer um trabalho conjunto da Comissão que está tratando da transposição com a equipe que fornece informações para o levantamento atuarial e tentar construir cenários a partir dessa questão da transposição trazida pelo Governador e em contrapartida um estudo acerca da exclusão paulatina dos auxílios do IPERON. Outro ponto que poderia se refletir é acerca da compensação das usinas, talvez 90% seja muito, mas talvez construir cenários com patamares intermediários que no médio prazo se consiga construir soluções mais equilibradas. Em seguida o Dr. Franco Ono disse que a boa notícia é que com a edição da nova lei e as recentes decisões SEFIN e SEGEP já se reuniram por duas vezes, inclusive o Dr. Luciano e Dr. Thiago Denger/SEGEP estão coordenando suas equipes para tentar identificar os servidores que compõem a massa do



fundo financeiro e fazer esses estudos propostos. Atualmente estão no aguardo de algumas decisões como questão de prazo e quais os servidores poderão fazer a transposição e nesse sentido comunga da idéia da necessidade e que todos têm consciência de que o trabalho precisa ser feito. Após identificação desses servidores irão solicitar auxílio do IPERON para encaminhar as informações aos atuários para elaboração dos possíveis cenários. Na sequência **Dr. Thiago Denger** disse a massa de servidores que constam com dados inconsistentes, a partir do dia 15 de setembro iniciam o ponto eletrônico que é a base cadastral dos servidores ativos e contém as informações funcionais desses servidores, que resultará na melhora dos dados fornecidos para esse cálculo atuarial e em dezembro com a implantação do e-Estado que é a base cadastral se conseguirá informar dados atualizados e fidedignos da situação dos servidores em atividade e com essa informação que o Dr. Franco Ono está falando. Em seguida o **Dr. Luciano Neto** disse que os servidores que serão transpostos em sua maioria estão perto de se aposentar porque são contratados antes de 15.03.1987 e agora se tem a possibilidade de incluir os contratados até 1991, se isso vingar terão a possibilidade de transportar cerca de 22 mil servidores. Depois o Cel. **Jardel Mendes Barroso do Nascimento** disse que foi designado para uma Comissão técnica para elaborar estudos sobre novas fontes de custeio do regime e para se saber as novas fontes é preciso saber quais são as fontes de custeio do Estado a fim de possibilitar a indicação de novas fontes. Entretanto, foi solicitado à SEFIN e como não receberam os dados solicitados, precisou ir à fonte que o Estado dispõe no site e pegar os dados para depois discutir com a Comissão de modo que alguns estudos ficaram inconsistentes por falta de dados. Quando se retira os auxílios numa economia de R\$ 44 milhões, quando se retira esses auxílios e os Poderes assume o pagamento disso, o fundo financeiro irá se capitalizar mais e a partir do momento que se passa esses auxílios para o IPERON, retirando esses valores do fundo financeiro reduz os valores que o IPERON poderia receber com sua aplicação. Quando se propõe a retirada dos auxílios é para evitar que o IPERON perca duas vezes, primeiro com a saída do dinheiro e segundo, pela não entrada de dinheiro por falta de aplicação. E quando se fala do repasse de 25% do excesso de arrecadação, foi defendido pelo Dr. Franco Ono que isso não pode e até agora não se sabe quais são as verbas carimbadas e de onde será possível retirar esses 25%. Quando se retira as informações do site do Governo relativo a excesso de arrecadação, no site não há detalhamento de quais verbas são. No relatório foram apontadas algumas soluções como o programa de incentivo a permanência e se os dados que forem repassados para os atuários com relação às receitas do Estado estiverem corretos e precisos será possível fazer os estudos propostos. Depois o **Dr. Franco Ono** disse que em relação à falta de informações solicitadas foi disponibilizado à Comissão uma planilha, porque não tinha como fazer o detalhamento de tudo, na qual continha todos os dados inclusive de superávit. Esses dados foram disponibilizados para todos os membros da Comissão, e colocou a disposição de todos a Superintendência de Contabilidade para esclarecer dúvidas relativas à dificuldade de interpretação de números. Ato contínuo disse que inclusive estão com o sistema de até o quinto dia útil do mês subsequente de repassar ao Tribunal de Contas para disponibilizar para todos os Poderes a receita conciliada, são conciliadas todas as receitas e encaminham para o corpo técnico



do TCER aferir e repassar para todos os Poderes de modo que não existe a questão de omissão de dados e tentam conduzir da forma mais transparente possível. Se os dados forem insuficientes a Comissão pode procurar a SEFIN que disponibilizará os técnicos da Superintendência de Contabilidade para fornecer todos os dados possíveis. Em relação à vinculação de receitas é questão de legislação como a Lei n. 4.320/64 e demais normativas vigentes, inclusive várias decisões no âmbito do TCER que tratam dessa matéria. Concluindo disse que concordam com o posicionamento do Dr. Francisco Junior quando diz que todos devem ter preocupação com a situação e o Executivo está tendo essa preocupação. Entretanto, o Executivo tem preocupações mediatas e imediatas, e como pontuou no seu relatório, hoje pelo menos para o Executivo é inviável, o ideal seria atender não só esse cenário, mas atender todos os requisitos colocados no primeiro relatório. Uma coisa é o que é ideal e outra coisa é o que é possível fazer e estão fazendo uma administração do que é possível fazer e da melhor maneira possível. Outra questão em relação dos auxílios é que o gestor, quando detecta que na forma da legislação, o ressarcimento deveria ser feito pelo Instituto e se torna omissivo, a responsabilidade é do gestor de modo que a notificação extrajudicial após análise da Procuradoria e da SEGEP, adotou-se essa providência no intuito de resguardar a responsabilidade do gestor, não que se imagine que o retorno desse ressarcimento para o Executivo não irá causar problemas de natureza financeira para o fundo, mas têm responsabilidades como gestores. Assim como o IPERON também notificou o Executivo na ordem de R\$ 2.400 bilhões e outra na ordem de R\$ 900 milhões, e que após adoção de providências baixou para R\$ 97 milhões e num segundo momento baixou para R\$ 13 milhões. Essas questões foram discutidas administrativamente por ser melhor para o IPERON como pontuou em outras reuniões. Em relação à SEFUR, que é dos recursos hídricos, as usinas responsáveis pelo recolhimento estão recolhendo com base na legislação antiga e em maio teve alteração de percentuais em nível nacional, inclusive reduziu de 45 para 25% a participação dos Estados. Na sequência o Dr. Francisco Junior disse que não há duvidas a diligência do pessoal da SEPOG e SEFIN que em todas as tratativas se percebe que todos estão buscando a finalidade publica de tudo e que às vezes há divergências de opinião de cunho pessoal e tem esperança de que se consiga trabalhar paulatinamente essas questões até para demonstrar a preocupação do Estado e dos gestores de que se trabalha com responsabilidade fiscal e que a questão previdenciária é discutida. Em seguida o Sr. Raiclin Lima da Silva disse que é preciso deixar claro a questão da discussão de conciliações de contas RPPS, Executivo, TJ, TCER, e que no período em que tem contribuído com o IPERON já se deparou com comissões em que foram realizados levantamentos de recursos que deveriam estar no IPERON e que se discute que os valores prescreveram e o que se coloca da responsabilidade de cobrar ou pagar. No primeiro cálculo atuarial já se discutia se os dados eram verdadeiros porque o Estado não tinha uma base de dados sólida e hoje é possível se comprovar que a avaliação atuarial é verdadeira com base na liquidez, ou seja, da retirada de valores da carteira para pagamento de folha, demonstrando que os primeiros cálculos atuariais efetuados estavam corretos. Quando se fala em cálculo atuarial temos que ter como dados verdadeiros porque as previsões estão se confirmado ano a ano.



Outra questão referente aos auxílios, disse que algo precisa ser feito e não se pode acreditar que o Governo Federal, que está trabalhando com déficit, irá socorrer todos os Estados. Desde que o Estado de Rondônia conseguiu regularizar a situação do CRP, que na época o Governador apresentou ao Ministério da Previdência um aporte através de imóveis e participou de reuniões onde disse que era um “presente de grego” que não iria se viabilizar por ser complexa a liquidez desses imóveis e estão a mais de três anos na tentativa de tornar esses imóveis em recursos para investimentos e por isso reforça a necessidade de se ter ações concretas de todos os gestores e após essa reunião fará sua parte como representante dos servidores junto aos sindicatos para que tenham a responsabilidade em novos pedidos e benefícios aos servidores que venham impactar o RPPS. Concluindo ressaltou que é preciso se fazer algo, porque a Comissão preparou todo esse material que foi elogiado por todos os membros apesar de todas as dificuldades apontadas e o Conselho não deliberar sobre nenhum quesito, na promessa de algo que ainda poderá acontecer, não fica tranquilo e se preocupa por representar os servidores e gostaria que o Conselho fosse mais objetivo no sentido de buscar uma solução. Depois o Des. **Walter Waltenberg S. Junior** disse que as colocações feitas aqui devem ser consideradas, mas precisam de tempo para analisar as propostas apresentadas e talvez o Governador possa convidar após as eleições, o próximo Governador eleito para participar da próxima reunião do Conselho para que com ele decidam definitivamente sobre isso. É preciso um tempo para sedimentar as informações porque o Estado é um só e se for para optar em deixar essas questões que são fora do centro da previdência com os Entes, os Poderes ou com o IPERON é preciso pensar sobre todas as consequências e se compensa para todos o fortalecimento do quadro de pessoal do IPERON e em compensação deixar para o IPERON gerir os recursos financeiros e essa massa, até porque o IPERON trabalha também com volume e quanto maior o volume de dinheiro maior a possibilidade de esse volume crescer. As sugestões são as mais relevantes possíveis, agora é da natureza da atuária levar em consideração, por exemplo, as questões colocadas pelo Dr. Luciano Neto e é preciso estar atento aos cenários econômico, financeiro para saber a direção do Instituto. E quando se trata do Estado, do gestor é extremamente conservador de modo que acredita que a transposição não se efetivará e é preciso que o trabalho da Comissão se estenda por mais um ou dois meses para se chegar a conclusões mais precisas, porque terão que fazer opções muito duras e acha que uma idéia mais conservadora corresponderia a uma idéia das suas origens porque não podem deixar os aposentados a mercê da própria sorte. Concluindo ressaltou a necessidade de a Comissão apresentar um quarto cenário e que todos possam refletir sobre todas as idéias apresentadas para que na próxima reunião possam voltar a discutir o assunto e se possível com a possibilidade de participação de todos os membros, inclusive Assembleia e o futuro Governador. Na sequência a Dra. **Maria Rejane** disse que gostaria de parabenizar o Governador e o Dr. Luciano Neto pelo trabalho realizado na base de dados na SEGEP e fica extremamente feliz com essa informação porque com isso brevemente o IPERON poderá pedir para a SEGEP carregar o sistema IPERONPREV com todas essas informações e posteriormente o IPERON possa dar uma carga no SIPREV e fazer todos os cruzamentos de dados no CNIS evitando assim a acumulação indevida de



cargos. Em relação aos dados atuariais se realizam com o ato concretizado e espera ver esse quantitativo de servidores transpostos para a União e a folha de pagamento do IPERON mais leve. Mas como foi apresentado não será uma medida ou duas que irão minimizar a situação do desequilíbrio, é preciso inúmeras medidas. O cenário 3 onde se tem aumento de alíquota, aumento do percentual dos recursos hídricos e retirada dos auxílios e ainda assim haverá um déficit financeiro em torno de R\$ 86 milhões no fundo financeiro para o Ente da Federação em 2020. Ainda que se tenha a transposição é possível que ao terminar os estudos com os servidores que serão transpostos, de repente esse valor de R\$ 86 milhões diminua, mas pode ser que não feche a conta ainda, o que não demonstra que a proposta da Comissão é para deixar o fundo superavitário, o fundo financeiro não ficará superavitário porque ele é deficitário e o relatório atuarial mostra que ele é deficitário cada vez mais a cada ano. Então a proposta da Comissão é evitar o impacto para o Estado de Rondônia como um todo e com todo o respeito não consegue ver essa problemática como mediata e se preocupa principalmente porque o Estado de Rondônia no futuro terá três folhas praticamente, porque terá que arcar com pagamento de pensões, aposentadorias e servidores em atividade e não terá recursos para gastar com saúde, segurança e educação. A comissão tem consciência de que as medidas a serem adotadas jamais trarão superávit para o fundo financeiro, mas se pretende minimizar os impactos disso. Em seguida o **Governador** disse que o Cons. Raiclin pontuou que é preciso fazer algo e gostaria de sair daqui com as questões resolvidas e considera que fizeram um bom início de conversa e que o Executivo irá fazer um levantamento mais amiúde do impacto da questão da transposição. Considerando que as decisões tomadas aqui impactarão de forma profunda a gestão do futuro Governador, gostaria de convidar o Governador que será eleito para participar da próxima reunião e expor as propostas da Comissão com apresentação do quarto cenário incluindo e excluindo benefícios e ao final o déficit zerado para que possam analisar todas as situações, conforme pedido pelo **Des. Walter Waltenberg S. Junior** e que é preciso envolver todos inclusive os servidores. Na sequência o **Sr. Francisco C. A. Lemos** disse que como membro da Comissão gostaria de sair daqui com uma atitude política para avançar no quarto cenário, que se refere aos dados da transposição de responsabilidade da SEGEP e SEFIN e uma data para que a Comissão receba essas informações. Em seguida o **Governador** disse que SEGEP e SEFIN irão encaminhar todas as informações à Comissão que continuará trabalhando, a questão que o Cel. Jardel levantou e qualquer tipo de informação que possa melhorar e inclusive ele apresentou algumas idéias que acredita que possam ser mais bem trabalhadas, a Comissão vai consolidando essas informações para daqui a 60 dias possam voltar a discutir esse assunto. Depois a **Dra. Maria Rejane** ressaltou que a Comissão deverá apresentar o resultado ao Conselho em 60 dias na próxima reunião, de modo que a Comissão precisa receber as informações, inclusive da transposição, com bastante antecedência porque é necessário solicitar que os atuários façam um estudo atuarial sobre o material que será encaminhado à Comissão. Na sequencia o **Dr. Francisco Junior** disse que talvez seja interessante a construção de mais dois cenários, e que os técnicos que irão passar as informações para a Comissão dividam em dois ou três prováveis cenários com transposição, sem transposição, com



inclusão e sem exclusão de benefícios. Encerradas as discussões foi deliberado de forma unânime pela continuidade dos trabalhos da Comissão Multidisciplinar constituída pela Portaria n. 02/2018/IPERON-CSP, publicada no diário oficial de 18.01.2018, por mais 60 dias para apresentação aos membros do Conselho na próxima reunião e pelo convite do Governador eleito para participar da próxima reunião. A SEGEP e SEFIN ficarão responsáveis pelo envio com antecedência das informações necessárias para a construção do outros cenários solicitados e avaliação atuarial. Depois a Dra. Maria Rejane pediu a palavra e informou que foi feito a proposta de iniciar a reunião pela apresentação do relatório da Comissão porque com esse debate já foi discutido o item: **d) Processo SEI n. 0016.261713/2018-14 - Manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos servidores do Estado de Rondônia**, que são os dois ofícios que o IPERON encaminhou a todos e que abordam a questão atuarial e propostas que devem ser alteradas, medidas de alterações legislativas, de modo que já foi discutido assim como o item: **c) Processo SEI n. 0031.213695/2018-68 – Recuperação de créditos pelo Poder Executivo referente a pagamentos de salários maternidade, auxílio doença de servidores ativos e remuneração a servidores aposentados que permaneceram na folha de pagamento de ativos**. Esse item foi basicamente colocado na pauta para informar ao Conselho que em virtude dos auxílios estarem sob a responsabilidade do IPERON, o Instituto tem sido cobrado de valores expressivos que o Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa e o Executivo estão cobrando do IPERON e registrar para conhecimento do Conselho que são valores que sendo apurados efetivamente como despesas devidas pelo IPERON serão recursos que irão sair do fundo financeiro, e que se a situação do fundo financeiro já é grave ficará mais grave ainda. Em seguida o **Governador** disse que a única preocupação que tem como gestor, e o Dr. Franco Ono foi bem preciso em relação a isso, é que se não tivessem adotado essas providências poderiam ser responsabilizados e a partir do momento em que esse assunto foi trazido seria possível encaminhar para a Assembleia projeto de lei tornando essa obrigação permanente para os Poderes e Órgãos discutindo os retroativos. **Próximo assunto: e) Processo SEI n. 0016.220151/2018-41 - Repasses para previdência complementar a ser gerida pela Sp-Prevcom.** A Dra. Maria Rejane disse que esse assunto também é basicamente informativo porque como todos sabem o plano de previdência complementar foi aprovado pela PREVIC e o Estado de Rondônia está de parabéns porque é uma medida também de equilíbrio atuarial. Já está marcada para o próximo dia 19 de setembro, na abertura do Fórum Previdenciário a assinatura do convênio da previdência complementar. A partir da assinatura do convênio da previdência complementar todos os servidores que ingressarem nos quadros do Estado de Rondônia estarão submetidos ao teto do RGPS e poderão optar pela previdência complementar para que eles possam complementar esse valor para a aposentadoria. A Secretaria de Planejamento capitaneou também um estudo que foi feito por deliberação deste Conselho Superior e já disponibilizaram no orçamento R\$ 1 milhão de reais para o primeiro aporte para a previdência complementar, de modo que a SEPOG terá que conversar com todos os Poderes e Órgãos para definir a fatia de cada um, porque tem o primeiro aporte e a lei estabelece que o aporte será de até R\$ 5 milhões. Ato



contínuo disse que conversou com a SP-Prevcom sobre a possibilidade desse valor ser reduzido, porque como foi aprovado agora, o primeiro aporte pode ser proporcional aos meses de implantação da previdência complementar, é uma questão técnica que será trabalhada e informar que já foi solucionado pela SEPOG, a assinatura do convênio já está marcada. **Próximo assunto: g) Processo SEI n. 0030.099623/2018-10 - Registro Contábil do Déficit Técnico Atuarial Ofício nº 2091/2018/SEFIN-SUPER de 05.04.2018.** A pedido do Dr. Franco Maegaki Ono o assunto foi retirado de pauta. Na sequência a Dra. Maria Rejane atendendo pedido do Governador informou a todos sobre a questão do terreno para construção do prédio do IPERON. Disse que o IPERON já pleiteia há algum tempo um espaço para construção da nova sede, porque o IPERON precisa de um novo espaço para melhor adequar seus serviços e atender melhor seus segurados. Teve a grata satisfação de receber uma informação positiva do Governador Daniel acerca do espaço que foi pedido, situado na Avenida Imigrante e o Governador determinou que todos os procedimentos legais para doação desse imóvel sejam feitos. O terreno é ao lado de uma marmoraria, parte da área foi afetada para o Instituto de Identificação e a outra parte, cerca de 5.000 metros quadrados, para o IPERON e estão aguardando retorno da SEPAT que irá viabilizar toda a documentação necessária para encaminhamento à Assembleia Legislativa para aprovação da lei autorizando essa doação. Esse terreno não é para o fundo financeiro, é para a UG-IPERON e não entra como aporte do fundo financeiro, até porque como dação em pagamento não é possível receber e nem como aporte e agradeceu ao Governador todo seu empenho nesse assunto. **Próximo assunto: b) Sistema de Gestão Previdenciária e possível integração com o sistema e-Estado – Ofício n. 452/2018/GABPRES/TCERO.** A Dra. Maria Rejane disse que esse item foi incluso na pauta a pedido do Conselheiro Crispim, que está como Presidente do Tribunal de Contas, e se refere a um ofício do IPERON encaminhado a todos os membros do Conselho sobre um alerta que recebeu da Coordenadoria de Sistemas/IPERON, acabou conversando com o Governador acerca desse assunto porque havia sido designada uma Comissão, não havia sido encaminhado nenhum ofício ao IPERON e as pessoas vieram ao IPERON e disseram para que o IPERON parasse com andamento do sistema de gestão previdenciária porque teriam outro sistema em funcionamento. Como recebeu oficialmente essa informação, encaminhou para conhecimento de todos os membros do Conselho, apenas para registrar e pedir, ressaltando que não recebeu nenhum ofício do Governo a respeito desse assunto, que se eventualmente estiver em andamento algum tipo de estudo que a questão da gestão previdenciária é do IPERON e é preciso manter o sistema que já existe, foi trabalhado durante anos e continua sendo trabalhado e hoje com a informação do Dr. Luciano de que teremos os dados como informações financeiras, cadastrais e funcionais fortalecerão ainda mais o nosso sistema e por isso pede que se eventualmente haja uma Comissão destinada a isso que se reflita a respeito desse assunto. Em seguida o Dr. Thiago Denger pediu também que se leve em consideração toda a base de dados que estão fazendo no Estado através da SEGEP, que tem como uma das finalidades de se comunicar com o SISPREV e a Equipe de Informática tem dito que todas as informações estão perfeitas. Depois o Governador disse que a informação que de fato é o trabalho que está sendo



feito pela SEGEP e que não cabe ao Executivo tratar de questões previdenciárias de forma unilateral, e que essa situação deve ser apenas ruído de informação. Existe a preocupação na demora da concessão de aposentadoria, porque não é possível que um servidor tenha que aguardar três anos a conclusão do processo aposentadoria, porque isso causa estresse para o Estado e para o servidor, e desde quando assumiu como Vice-Governador vem discutindo esse assunto e sua contribuição é fazer esse trabalho para que as ferramentas se comuniquem para que o sistema possa ser ágil. Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença de todos, o **Governador** encerrou a reunião às 17 h e 30 min, da qual eu, Marcia Andrea de Oliveira Queiroz, lavrei a presente ata que será assinada pelo Presidente e membros presentes.

Daniel Pereira
Governador

Des. Walter Waltenberg Silva Junior
Presidente do Tribunal de Justiça

Raiclin Lima da Silva
Representante dos Servidores

Hans Lucas Immich
Representante da Defensoria Pública

Osvaldo Luiz de Araújo
Suplente do Ministério Pùblico

Cons. Francisco Junior Ferreira da Silva
Representante do Tribunal de Contas

Whanderley da Silva Costa
Representante da Assembleia Legislativa

Maria Rejane S. dos Santos Vieira
Presidente do IPERON